



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

O art. 26 do PLP nº 68, de 2024, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII, e suprima-se o seu § 9º:

“Art. 26.....

.....

VI – as pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que prestam serviços de planos de saúde sob a modalidade de autogestão; e

VII – as pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que prestam serviço de entidade de previdência complementar fechada.

.....”

§ 9º Suprimido

JUSTIFICAÇÃO

As Autogestões em Saúde e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) já têm um longo histórico de sucesso no Brasil, protegendo cerca de dez milhões de brasileiros.

Criadas por trabalhadores visionários, essas instituições pugnaram por fazer uma administração eficiente, sem fins lucrativos, arrecadando e acumulando recursos financeiros com o objetivo de atender seus associados nas necessidades de assistência à saúde e previdência complementar, desonerando, por conseguinte, o Estado.



As Autogestões em Saúde desempenham um papel fundamental no alívio da demanda sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo a pressão sobre os serviços públicos de saúde e contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

No entanto, qualquer encargo adicional, como os novos tributos - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) -, pode prejudicar o equilíbrio financeiro dessas organizações, que já enfrentam desafios como o envelhecimento crescente dos participantes, a redução de escalabilidade dos planos e a inflação médica.

As EFPC são cruciais para o financiamento de longo prazo no Brasil, acumulando e investindo recursos que financiam empresas, projetos de desenvolvimento e a dívida pública.

Uma nova tributação sobre essas entidades pode comprometer a acumulação de recursos dos planos, impactando seu equilíbrio atuarial e caracterizando bitributação, já que os benefícios são tributados por meio do Imposto sobre a Renda (IR) no recebimento dos benefícios, inclusive sobre todas as contribuições vertidas às EFPC.

A manutenção da isenção do IBS e da CBS para as Autogestões em Saúde e EFPC é essencial para evitar desestímulos a essas entidades, o que poderia aumentar a pressão sobre o SUS e a previdência oficial, além de reduzir importantes fontes de financiamento para o desenvolvimento do País.

Portanto, é de extrema importância, para milhões de brasileiros e para o País, que essa Emenda seja aprovada, garantindo a manutenção perene da imunidade ao IBS e à CBS para as Autogestões em Saúde e EFPC sem fins lucrativos.

Conto com o apoio do relator e dos demais nobres Senadores para a aprovação desta emenda, de forma a garantir a sustentabilidade dessas importantes instituições para a população brasileira.



Sala da comissão, 25 de setembro de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8619889568>